

ainda, não respondeu e consequentemente esse conselho não tem sobre o que se posicionar. João Paulo Vieira insiste dizendo que o presidente deve decidir se acata ou não a solicitação. O vereador Elídio Nogueira diz se deve seguir o regimento e que se na convocatória não tem o tema na pauta ele deve ficar para a próxima reunião. João Paulo Vieira diz que pediu pra colocar na pauta, alega que a pauta não foi mandada com três dias e quando foi enviada solicitou a inclusão da temática. Fala que se retira como uma manifestação de protesto, porque acha um absurdo o que está acontecendo no conselho e que acha que é uma manobra política e autoritária, e que não vai ficar sendo condizente com o tratoamento dessa gestão com a memória dessa cidade. Se retira porque não concorda com a posição desse Conselho, onde não se pode ficar tudo sob prerrogativa da presidência e diz que todos sabem o que esta acontecendo é uma posição política. O presidente diz que o protesto está acatado e pergunta se o Conselho tem condições de se posicionar sobre a impugnação de tombamento do Colégio Marista. Augusto Paiva também levanta e pede licença para se retirar. Ramiro Telles se manifesta dizendo que mesmo ainda tendo quórum não tem condições mais de apreciar um parecer. Com isso o presidente conclui a reunião, reforçando seu compromisso de puxar a reunião extraordinária para apreciação da impugnação com foco específico na Praça Portugal e que o Conselho possa deliberar. Ramiro Telles pede a palavra para esclarecer que seu pedido não foi para ver a possibilidade de entrar com uma ação judicial contra a PGM, e sim, para averiguar se seria possível uma contestação do parecer da PGM, ou seja, até que ponto a Secretaria pode contestar um parecer da PGM. O presidente agradece mais uma vez e diz que dentro de 3 dias todos receberão a pauta da reunião extraordinária. ENCAMINHAMENTOS: 1. Convidar representantes da Prefeitura para apresentação do projeto de intervenção na Praça Portugal; 2. Agendar uma reunião extraordinária para debater exclusivamente a Praça Portugal. Nada mais havendo a tratar, o senhor Magela Lima agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, às doze horas e quinze minutos e eu, Neysia Aguiar de Aquino, Secretária Executiva do COMPHIC, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada será por todos os presentes assinada. Fortaleza, 05 de Junho de 2014. **Francisco Geraldo de Magela Lima Filho - PRESIDENTE DO COMPHIC - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA DE FORTALEZA. Euler Sobreira Muniz - MEMBRO TITULAR DA UNIFOR. Kelvia Canuto Martins de Albuquerque - MEMBRO TITULAR DA SEUMA - SECRETÁRIA DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE DE FORTALEZA. José Ramiro Teles Beserra - MEMBRO TITULAR DO IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Elpídio Nogueira Moreira - MEMBRO SUPLENTE DA CMF - CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA. Miguel Rocha Nasser Hissa - MEMBRO TITULAR DA PGM - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO. Augusto César Chagas Paiva - MEMBRO TITULAR DO IAB - INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL - SECÇÃO CEARÁ. Francisco Fábio Oliveira de Souza - MEMBRO SUPLENTE DA SECULT - SECRETARIA DE CULTURA DO CEARÁ. Maria do Socorro Araújo Câmara - MEMBRO SUPLENTE DA SETUR - SECRETARIA DE TURISMO DO CEARÁ. Mariana Carvalho Gomes - MEMBRO SUPLENTE DA SETFOR - SECRETARIA DE TURISMO DE FORTALEZA.**

\*\*\* \*\*

**ATA DA 59ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DA SECRETARIA DE CULTURA DE FORTALEZA - COMPHIC - 03/07/2014.** Aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze, às 9 (nove) horas, na sede da SECULTFOR, à Rua Pereira Filgueiras, número quatro, Centro, Fortaleza/Ceará, foi realizada a 59ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural - COMPHIC, da Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza - SECULTFOR. O senhor Magela Lima, Secretário de Cultura e Presidente do COMPHIC, presidiu a Reunião. Este, após comprovar a existência de quórum, deu

início à Reunião agradecendo a presença de todos os conselheiros, conselheiras e convidados. Em seguida leu a pauta da ordem do dia: Expediente: 1) Debater e deliberar sobre o recurso interposto pelo Vereador João Alfredo contra o indeferimento do pedido de tombamento da Praça Portugal. A reunião tem início com o Presidente Magela dando as boas vindas a todos e conferindo os conselheiros presentes. Informa, ainda, que pelo motivo do pedido de vistas ao processo por parte do Prof. Altemar na última reunião, esta será objetiva e de pauta única. Diz que antes de começar o processo de votação irá lembrar o percurso que o mesmo fez dentro da secretaria, onde o pedido do Vereador João Alfredo subscrito por outros parlamentares deu entrada nesta secretaria no dia 28 de março; no dia 11 de abril a secretaria informou o início dos estudos; dia 05 de maio a secretaria respondeu se posicionando a respeito do assunto; dia 22 de maio o vereador solicitou mais informações; dia 28 de maio o vereador apresentou um recurso a respeito do indeferimento e no dia 05 de junho nós apresentamos o parecer jurídico da secretaria respaldando o que já tinha sido feito. Ressalta a todos que é de natureza do Conselho analisar pedidos de recurso e lembra que o próprio vereador João Alfredo em outro momento apresentou o pedido de tombamento do antigo Colégio Assunção, esse pedido foi acatado pela secretaria e não passou pelo Conselho previamente como o próprio hoje questiona, e o que vai ao Conselho, via de regra, são os recursos. Em outra reunião houve um recurso que foi discutido pelo Conselho, que foi da casa da Dona Osiléia, localizada na Rua 25 de março, e o Conselho deliberou contra o pedido de indeferimento da referida senhora, dando início ao processo de estudos sobre a importância ou não do tombamento do imóvel que a mesma é proprietária. Como é usado em outras reuniões do COMPHIC, onde costumam fazer as votações apenas entre os conselheiros, mesmo sendo abertas, e isto se deu devido a um acordo de cavalheiros, o secretário Magela, pergunta se há objeção entre os conselheiros para que a audiência/convidados ficasse na ante sala enquanto se dá a votação. O professor Altemar é o primeiro a se manifestar e disse ser contra, pois coloca que as reuniões sempre foram abertas e até os convidados quando tinham autorização da presidência podiam falar e até mesmo em questões polêmicas, como no caso da Farmácia Oswaldo Cruz. Que o Conselho não julga somente recursos e sim despacho de processos que vêm da CPHC com necessidade de fundamentação e que tudo que era votado era de acordo com os pedidos que chegavam, nada tinha deixado de ser votado, mesmo sendo sem fundamento, improcedentes e as pessoas da CPHC sempre trouxe ao Conselho e assim solicita ao Secretário Magela, que a cultura democrática do Conselho seja respeitada e que assim a audiência possa ficar. O secretário Magela ressalta que o que solicitou foi devido as práticas recorrentes de outras reuniões como no caso da Dona Osiléia, onde a mesma se retirou da sala e depois da votação a mesma voltou para saber o resultado. Alênio reforça a colocação do secretário e explica como aconteceu da outra vez. Ramiro coloca que isso aconteceu por motivo que a mesma estava alterada e interrompia muito a reunião e por isso chegaram a esse consenso, mas que foi em caráter excepcional. Assim, dá início a votação, explicando que o que irá ser votado é o recurso do Vereador João Alfredo e que os conselheiros devem se manifestar a favor ou contra. O professor Altemar pede para falar, devido a ter pedido vistas ao processo e coloca que mais uma vez as pessoas da CPHC tinham feito um belo trabalho na fundamentação histórica e jurídica da Praça Portugal. Mas o que chamou atenção foi que em até determinado momento o parecer da CPHC abordou questões pertinentes ao tombamento da Praça, pois conseguiram levantar a importância da praça para vários momentos da cidade e que fundamentalmente mostra essa pertinência, porém no último momento colocam que por ser material é impossível dividi-la e por isso cabe apenas o registro imaterial. E nesse momento faz uma diferenciação com o registro Imaterial da Festa de São Pedro e que levou o registro material da Igreja de São Pedro. Ressalta que a PGM fez crítica ao processo de tombamento, onde a mesma apontou

falhas no processo e por isso agradece a presença da PGM e ratifica a importância da presença dela nessas reuniões para auxiliar nos processos. Continua dizendo que o parecer da PGM favorável a construtora foi precipitado, pois não conversaram com o Conselho para cobrar ou explicar os erros cometidos no processo. Enfim, a igreja está tombada quanto bem material e o mesmo argumento que justificou o tombamento da Igreja é o que faz a CPHC justificar o não tombamento da Praça Portugal. Então reafirma que após tudo o que foi lido, há uma necessidade de se ponderar que hoje a demolição da Praça e sua transformação em quatro cantos que serão extensão de calçadas, só mostra uma afirmação política, que a Prefeitura que quer provar sua força política e que não está preocupada com o preservação e a memória do patrimônio da cidade. Ainda ressalta que no dia anterior esteve em local próxima a Praça e observou que nos locais que haviam sinais tinha engarrafamento, mas que quando chegava na praça o fluxo fluía normal. Lembra que ali será implantado um sinal. Termina pedindo ponderação e coloca a importância e lembra o exemplo que o conselho poderá dar com o resultado da votação. Em seguida tem-se a fala do Prof. Euler que diz que ficou preocupado com o andamento do processo na reunião passada, pois ficou parecendo que ser favorável ao tombamento da Praça seria ser contra a mobilidade urbana e ser a favor desta mobilidade seria ser contra o tombamento da Praça. Falou ainda que passaram por problema semelhante na Parangaba onde conseguiu-se chegar a um consenso onde dava para auxiliar a mobilidade urbana, mas preservando o patrimônio. Considera a praça com monumento de identidade e que o problema da mobilidade urbana está por toda a cidade. Concorda que o binário diminuiu o tempo percorrido, pois vive essa experiência, mas que não resolve o problema de Fortaleza, pois será necessário uma série de ações conjuntas e a priorização por todos do transporte coletivo. Já deixa seu voto a favor de fazer um estudo da praça e já se coloca a disposição para compor essa equipe. Diz que uma coisa não anula a outra e pede para que todos reflitam sobre isso antes de votar. A próxima a se manifestar é a sra. Clélia, representante do Instituto Histórico, que reclama da pressa da votação, visto que a reunião tem pauta única e coloca que a reunião deveria debater, discutir e refletir. Questiona a não apresentação de projetos alternativos, de nenhum dado sobre como ficou o trânsito após o que já foi feito e questiona a competência dos arquitetos que fizeram o projeto de encontrar medidas alternativas de forma a preservar a praça, questiona o porquê de se fazer tudo às pressas sem deixar nem as pessoas exporem suas opiniões. Fala do papel do Conselho, de seus representantes e da resposta que devem dar à sociedade sobre o trabalho para com o patrimônio e que se há tantos secretários reunidos para um reunião dessas, é porque o tema é de importância e interesse da Prefeitura. Ela questiona a falta do olhar da Prefeitura para o transporte coletivo, sobre a destruições das praças, enfim, questiona se o interesse da Prefeitura é acabar com os espaços públicos. Considera que deve ser debatido até se esgotarem as possibilidades e só depois ver o que vai afetar o lado econômico da Prefeitura com a alteração do projeto, pois são os cidadãos que bancam com os impostos essas ações. A palavra retorna ao presidente que diz estranhar o discurso anterior sobre a pressa da votação, quando em reuniões passadas se tinha pressa para colocar o tema da Praça Portugal em pauta e o mesmo saiu sendo chamado de autoritário por não ter permitido. A conselheira Clélia coloca que foi solicitado isso devido a determinação da Prefeitura em destruir a praça. O presidente coloca que a prefeitura não determinou a destruição da praça. Em seguida o Ramiro expõe sua visão sobre o assunto onde coloca que concorda que é um momento de reflexão, pois se está diante de um dano irreversível, já que a praça é um símbolo para a cidade. Afirma que com a abertura do processo é que se poderá ter discussões até chegar ao exaurimento de todas as reflexões sobre o tema e que não estão votando nessa reunião o tombamento da praça e sim a abertura dos estudos para depois se decidir sobre o tombamento ou não desta. Coloca que como o próprio nome sugere PAITT, ações imediatas, os

mesmos mostraram que foi pensado em várias possibilidades, mas que a atual foi escolhida levando em consideração os requisitos tempo e recurso. Então, acha que esse não deve ser o balisamento para essa escolha. Também pede que por ser pauta única o presidente abra pauta para a senhora Érica Pinheiro fazer uma apresentação sobre outras alternativas para a praça. O suplente do IAB coloca que infelizmente a prefeitura não discute com as pessoas suas ações e sim que estas são feitas em gabinetes e imposta a todos. Concorda que se aprovado a abertura do processo que se possa discutir e debater com todos as propostas, como já foi conseguido na Parangaba. Também afirma que se deve ouvir e priorizar os pedestres que ficaram com a vida um pouco complicada para atravessar, assim como trazer para as discussões, novos convidados para apresentarem novas propostas. Em seguida fala o conselheiro Augusto, que afirma que essa administração está totalmente a favor da edificação da cidade. Diz que a cidade está nas mãos do capital especulativo e que se concentra nas mãos de alguns. Que esses utilizam seus helicópteros e não os transportes públicos, e tem pena de quem usa esses segundos. Pra ele o que foi apresentado não é um projeto e sim uma idéia e que estão considerando como única. Criaram um Instituto de Planejamento, colocaram algumas pessoas lá e disseram que Fortaleza tem uma estrutura, o que para ele isso não é verdade. Lembra que na administração anterior, a prefeita iria realizar um concurso para contratar 20 arquitetos para toda Fortaleza que tem 119 bairros. Mas o que essa administração está fazendo é um absurdo. E não se faz concurso para contratar arquitetos, historiadores, sociólogos, geógrafos, pois uma administração municipal precisa destes. Disse ainda que, quando se contratam profissionais terceirizados, eles não têm autonomia crítica e baixam a cabeça para o que o gestor quer, enquanto o profissional concursado tem maior autonomia crítica. Diz que é triste a realidade que estão vivendo, pois estão querendo transformar Fortaleza em uma São Paulo. Hoje o trabalhador leva duas horas e meia para chegar ao trabalho, o que é um absurdo e para resolver a prefeitura, sem discutir, resolve passar por cima de praças, simplesmente em nome de um conceito de mobilidade urbana. Essa administração municipal é muito ruim e não pensa no trabalhador, não pensa em planejamento e por isso é que se está mais uma vez brigando por algo assim. Afirma que uma cidade como Fortaleza está ficando sem espaço para lazer e assim atendem a questões pontuais para atender a interesses de alguns. Conclui dizendo que deve se abrir espaço para discutir o assunto. O secretário Magela retoma a palavra e pede para que os conselheiros ponderassem suas falas para que todos possam falar. O professor Euler pede licença e diz que terá que se retirar, mas já antecipa seu voto que é a favor da abertura do processo. Em seguida a palavra é passada ao conselheiro Fábio que sobre a mobilidade urbana não tem como a equação fechar no atual modelo brasileiro, pois a produção aumenta, assim como a facilidade de compra e já foi dito que não tem como diminuir a venda de carros nesse país. Fala que não temos transportes públicos de qualidade, nem VLTs, enfim, o problema não é só técnico. Relata que as pessoas não trocam seus carros pelos transportes públicos e questiona a todos sobre quem deixa seus carros em casa e vão ao trabalho de ônibus. O Brasil é o país mais capitalista do mundo, pois paga 20 (vinte) mil reais para um juiz e 6 (seis) mil para um arquiteto. No atual governo, estão todos errados, na forma de se viver. Com relação a Praça Portugal não considera a mesma um espaço humanizado, é isolada, perdida, onde somente alguns jovens vão para lá na sexta-feira, que merecem todo respeito, mas a praça não tem valor afetivo para todos, pois é diferente da Praça dos Leões, Passeio Público que têm valor histórico e cultural e todo arquiteto reconhece isso só de ver. A Praça Portugal só interessa a um pequeno grupo e não é humanizada. Até questiona a possibilidade de humanizá-la, só se tiver um bom projeto, e ainda assim, isso não garante. Afirma ainda que a Praça não tem nenhum valor arquitetônico e nem histórico. Com isso não está convencido sobre a necessidade de tombar uma praça. Fala que também trabalha

em um órgão que recebe processo de tombamentos, mas que eles são analisados e respondidos com base em critérios, que para ele não foram colocados para que o convença a preservar a Praça Portugal. Lembra que não se deve votar por questões políticas e sim pelas pessoas e lugares. Em seguida tem fala o vereador Elpídio Nogueira que ressalta a importância em respeitar a opinião do outro, coloca que, o que se está discutindo não é a gestão, pois poderia falar durante horas sobre as tercerizações e sobre o que já foi feito, mas o que está em pauta é debater, discutir e votar sobre o pedido do Vereador João Alfredo. Discorda de alguns como o Ramiro, pois acha que o binário funciona bem até chegar a Praça Portugal. Relata que passou um dia na Praça conversando com algumas pessoas, sem se identificar e que de mais ou menos 40 pessoas, somente 2 manifestaram o desejo de que a Praça permanecesse. Então acha que pode debater e discutir a vontade, mas falar que os técnicos que estão ali não se debruçaram para ver alternativas e que super valorizaram a Praça, pois ela não é humanizada. Falou que não se teve nada histórico acontecido naquele local que a leve a permanecer ali, dentre outros assuntos que poderiam ser discutidos, mas o que deve ser feito é votar o que está em pauta. Em seguida tem-se a fala da professora Ivone que fala sobre a falta de educação do motorista no trânsito, o que aumenta o problema deste e isso precisa ser atacado de frente com muito rigor. Na discussão passada foi falado que o projeto era conceitual e ela concorda com essa afirmação e ainda coloca o quanto o local está visado e que há interesse nele, pela presença de tantas pessoas nessas últimas reuniões que antes não tinha nem quórum. Ressalta que cidades que preservam suas histórias e suas partes antigas estão preferindo os transportes coletivos e andar a pé, no lugar de utilizar os carros, pois é andando a pé ou no transporte coletivo que se tem tempo de perceber e observar a cidade. Por isso, diz que o que se deve pensar é na forma de humanizar a praça, torná-la usável. A praça nunca vai interessar a todos e sim sempre alguns. E no caso da Praça Portugal, acha que quem as frequenta são jovens da periferia de Fortaleza e então questiona o por que não respeitá-los, se seria só pelo fato de serem pobres e estarem no coração da aldeota. Pede para pensar que a história é o viver e que a luta pela não demolição é que se tornará história. Vários movimentos já aconteceram naquela praça e muita coisa ainda pode acontecer. Pede para que pense que o que está sendo discutido não é o tombamento, mas a abertura de um processo que irá gerar discussões que poderá acretar ou não neste ato. E que o ideal era que a Praça fosse preservada independente do tombamento. Considera que deve ser discutido não só a Praça, mas também discutir o seu entorno e toda a aldeota em si. Terminada a fala da professora Ivone, tem a vez o Secretário Salmito que começa concordando com a mesma quando diz que a pauta única é discutir a relevância ou não da Praça Portugal, da Praça como espaço para o ser humano, da Praça como espaço para o pedestre e da Praça para a convivência social e comunitário. Diz que a praça como estar hoje dificulta todo esse conceito e esse é o debate, saber qual a razão de ser da praça e isso não é só para a Praça Portugal e pede licença aos arquitetos que são especialistas nesse assunto, mas como sociólogo a praça é pra ser do convívio do povo, um espaço comunitário e hoje ela serve muito mais aos automóveis do que a convivência comunitária, a convivência social. Até os movimentos sociais tem dificuldade de se apresentarem na Praça como ela está hoje, pois é muito mais desafiador e perigoso do que a proposta que a administração, a Prefeitura de Fortaleza está defendendo, pois ela é mais acessível ao pedestre, aos deficientes físicos, às crianças e até mesmo melhor para os movimento fazerem suas manifestações. O secretário ainda diz que se necessário se coloca a disposição para discutir sobre a gestão, sobre as eleições, sobre propostas, mas que esse não é o momento. E ratifica que a proposta que foi apresentada vem justamente trazer essa questão, uma possibilidade de maior convívio entre as pessoas, prioriza o transporte coletivo, que a camada dita burguesia não o utiliza mais. Respeita quem é contra a proposta da prefeitura até mesmo porque é assim que se faz a

democracia. Porém o debate é a Praça Portugal hoje e na proposta para o convívio social e comunitário e por isso aceita o debate desarmado, respeitando a opinião dos demais. Externa que ninguém é mais criança e que entende que se a proposta é para modificar a Praça é porque ninguém quer tombá-la. Quem quer tomar a Praça e abriu essa discussão, que é legítima, tem outra concepção e concorda com a professora Ivone quando ressalta que a importância da discussão é saber qual o papel da Praça Portugal, como de outras praças de Fortaleza. Citou a Praça 31 de março que foi fechada para a iniciativa dinheiro privada, que foi o Cirque du Soleil onde só podia entrar quem pagasse ingresso caríssimo, isso sim foi usar o espaço público para benefício de uma minoria que podia pagar para ver o espetáculo, mas essa não é a proposta da gestão atual. E por isso é contra o recurso, pois que fazer a Praça ser disponível para o pedestre, para os deficientes físicos, para as crianças, para os idosos, ou seja para Fortaleza. A palavra retorna ao presidente que enfatiza que tem-se uma questão central para apreciar, que o momento não é de apreciação e muitas vezes quer falar, mas como presidente tem que coordenar, porém resgatou da fala da professora Ivone que é importante preservar sem necessariamente tomar, que é uma perspectiva que está totalmente contemplada no novo projeto e diz que quem quer se manifestar tem todo respeito e acrescenta que a não manutenção da Praça Portugal como está hoje, só irá ampliar o seu uso. Afirma que é isso que ele acredita e que a secretaria defende junto com sua equipe e assim endossa. Lembra que há uma apreciação a ser feita e que acha que deve ser aberta a votação. O Altemar interrompe e pede que a Erica faça a apresentação do seu projeto e apesar de o presidente colocar que não está na pauta, este coloca em votação: 1. Secultfor - CPHC - Alênio Noronha - Não - 2) Seuma - Águeda Muniz - Não - 3) Setfor - José Salmito - Não - 4) Secult - Fábio Oliveira - Não - 5) Setur - Socorro Câmara - Sim - 6) CMF - Elpídio Nogueira - Não - 7) PGM - Miguel Hissa - Não - 8) UFC - Prof. Ivone Cordeiro - Sim - 9) Uece - Prof. Altemar Muniz - Sim - 10) Unifor - Prof. Euler Muniz - Não está mais presente - 11) Iphan - Ramiro Teles - Sim - 12) IAB - Augusto Paiva - Sim - 13) Instituto Histórico - Clécia Lustosa - Sim - 14) AGB - Luis Antonio - Sim - 15) ANPUH - Ana Paula Gomes - Sim - 16) OAB - Bruno Amorim - Sim - Com isso, com 9 votos SIM e 6 votos NÃO, a presidência acata o pedido para a apresentação. A arquiteta Erica Vasconcelos apresenta seu projeto e suas várias possibilidades para a Praça. Após a apresentação o Secretário coloca em votação o recurso interposto pelo Vereador João Alfredo contra o indeferimento do pedido de tombamento da Praça Portugal para saber se os conselheiros são a favor ou não da abertura do processo. 1. Secultfor - CPHC - Alênio Noronha - Não - 2) Seuma - Muniz - Não - 3) Setfor - José Salmito - Não - 4) Secult - Fábio Oliveira - Não - 5) Setur - Socorro Câmara - Não - 6) CMF - Elpídio Nogueira - Não - 7) PGM - Miguel Hissa - Não - 8) UFC - Prof. Ivone Cordeiro - Sim - 9) Uece - Prof. Altemar Muniz - Sim - 10) Unifor - Prof. Euler Muniz - Sim - 11) Iphan - Ramiro Teles - Sim - 12) IAB - Augusto Paiva - Sim - 13) Instituto Histórico - Clécia Lustosa - Sim - 14) AGB - Luis Antonio - Sim - 15) ANPUH - Ana Paula Gomes - Sim - 16) OAB - Bruno Amorim - Não - Com isso, houve um empate com 8 votos SIM e 8 votos NÃO, onde a presidência tem o voto de minerva e vota NÃO, encerrando assim a reunião com 9 votos contra e 8 a favor e esclarece que os encaminhamentos serão feitos e que na condição de secretário se apesar de não ter o tombamento da Praça a secretaria se compromete em preservar a parte que lhe cabe no novo projeto, para que o patrimônio continue sendo preservado. ENCAMINHAMENTOS: 1 - Fazer o processo seguir seu curso após o resultado da reunião. Nada mais havendo a tratar, o senhor Magela Lima agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, às onze horas e cinquenta e dois minutos e eu, Neysia Aguiar de Aquino, Secretária Executiva do COMPHC, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada será por todos os presentes assinada. Fortaleza, 03 de Julho de 2014. **Francisco Geraldo de Magela Lima Filho - PRESIDENTE DO COMPHC -**

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA DE FORTALEZA. Alênio Carlos Noronha Alencar - COORDENADOR DA CPHC - COORDENAÇÃO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DA SECULTFOR. Maria Clélia Lustosa da Costa - MEMBRO TITULAR DO IHGAC - INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ANTROPOLÓGICO DO CEARÁ. Ivone Cordeiro Barbosa - MEMBRO TITULAR DA UFC - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Euler Sobreira Muniz - MEMBRO TITULAR DA UNIFOR. Altemar da Costa Muniz - MEMBRO TITULAR DA UECE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. Maria Águeda Pontes Caminha Muniz - MEMBRO TITULAR DA SEUMA - SECRETARIA DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE DE FORTALEZA. José Ramiro Teles Beserra - MEMBRO TITULAR DO IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Elpídio Nogueira Moreira - MEMBRO SUPLENTE DO CMF - CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA. Miguel Rocha Nasser Hissa - MEMBRO TITULAR DA PGM - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA. Augusto César Chagas Paiva - MEMBRO TITULAR DO IAB - INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL - SEÇÃO CEARÁ. Carlos Josué de Asis - MEMBRO SUPLENTE DA AGB - ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS DO BRASIL - SEÇÃO CEARÁ. Ana Paula Gomes Bezerra - MEMBRO SUPLENTE DA ANPUH - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROFISSIONAIS UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA. Pedro Bruno Amorim e Vasconcelos - MEMBRO TITULAR DA OAB - ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO CEARÁ. Francisco Fábio Oliveira Souza - MEMBRO SUPLENTE DA SECULT - SECRETARIA DE CULTURA DO CEARÁ. Maria do Socorro Araújo Câmara - MEMBRO SUPLENTE DA SETUR - SECRETARIA DE TURISMO DO CEARÁ. João Salmito Filho - MEMBRO SUPLENTE DA SETFOR - SECRETARIA DE TURISMO DE FORTALEZA.

\*\*\* \*\*

**ATA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DA SECRETARIA DE CULTURA DE FORTALEZA - COMPHIC - 07/08/2014.** Aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze, às 9 (nove) horas, na sede da SECULTFOR, à Rua Pereira Filgueiras, número quatro, Centro, Fortaleza/Ceará, foi realizada a 60ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural - COMPHIC, da Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza - SECULTFOR. O senhor Magela Lima, Secretário de Cultura e Presidente do COMPHIC, presidiu a Reunião. Este, após comprovar a existência de quórum, deu início à Reunião agradecendo a presença de todos os conselheiros, conselheiras e convidados. Em seguida leu a pauta da ordem do dia: Expediente: 1) Apresentação do Parecer sobre impugnação do Processo de Tombamento de Colégio Marista Cearense 2) Apresentação do Projeto Fortaleza 2040 3) Apresentação dos Projetos com o IEPRO (Projeto de Inventário dos Bens Materiais e Imateriais de Interesse Histórico e Cultural de Fortaleza e Programa de Regularização Patrimonial). A reunião tem início com o Presidente Magela dando as boas vindas a todos e pedindo para antes de entrar na pauta dar alguns informes da Secretaria. Apresenta as mudanças ocorridas na CPHC - Coordenação de Patrimônio Histórico e Cultural que resultaram de demandas externas e estratégias internas, onde o Eugênio Moreira, articulador-arquiteto da Célula de Patrimônio Material e o Vinicius Frota, gerente da Célula de Patrimônio Imaterial passaram em concursos externos para professor e estarão começando novas jornadas; o professor Alênio Carlos estará assumindo 2 projetos que serão apresentados na reunião, que serão em parceria com o IEPRO e no lugar dele na Coordenação de Patrimônio estará assumindo o professor Jober Pinto e que já participará dessa reunião. No lugar do Vinicius está assumindo a Graça Martins, que já trabalha na Coordenação dentro do Imaterial e no lugar do Eugênio estará entrando a Indira Gurgel que também é arquiteta, devido a especificidade do trabalho que realiza. A pauta inicia-se pela apresentação do

parecer sobre a impugnação do Processo de Tombamento de Colégio Marista Cearense. O presidente pede que João apresente e contextualize este, dando datas e informando em que situação o mesmo se encontra e comunica, ainda, que o processo se encontra sobre a mesa para quem quiser olhar. João explica que o processo foi aberto, foi notificado o proprietário, os mesmos entraram com um pedido de impugnação e a Coordenação fez o parecer sobre a impugnação, onde esta entende que o processo deve ser continuado. O presidente pede para abrir o parecer e explica que pediu essa contextualização porque esse processo já entrou, saiu de pauta e retornou novamente. Aproveita, o momento e apresenta a representante da SEUMA, a senhora Eveline Brandão, que é a Secretária Executiva da mesma e que hoje está participando pela primeira vez. O presidente dá continuidade a pauta e pede para a Dra. Melina, advogada do Colégio Marista Cearense, apresentar seus argumentos para o pedido feito. Explica que foi dada entrada em um pedido de impugnação, mas depois foi conversado com a CPHC e feito nova proposta de forma a alinhar os interesses da matenedora e o interesse de preservação do município de Fortaleza, onde foi registrada a nova proposta logo após o primeiro pedido. Pede que seja analisada a nova proposta e diz que tem a nova proposta em pdf, caso queiram que apresente. O presidente explica que formalmente o que deve ser votado é a impugnação que a mesma deu entrada, mas já coloca que a própria instituição contratou o professor Romeu Duarte que fez um estudo onde aponta para uma instrução sugerindo aquilo que era inegociável quanto ao patrimônio imaterial e aquilo que era mais importante para uma futura instrução de tombamento. Socorro pergunta se é uma análise da impugnação e o presidente responde que a própria empresa que em um primeiro momento entrou com a impugnação, voltou atrás; mas a rigor ela deve ser votada porque o processo foi aberto. O Conselho decide se aprecia ou não esse estudo que está colocado pelo professor e arquiteto Romeu Duarte. Mas relembra que primeiro deve ser votado a impugnação para depois decidir se aprecia ou não o estudo. Jacó questiona se o instituto do prof. Romeu define as áreas que devem ou não ser tombadas e o João explica que ele faz sugestões de áreas e poligonais, mas afirma que é a CPHC que fará esse processo posteriormente se aberto o processo, do qual pode aproveitar o material encaminhado por ele. Professor Altemar pergunta se a poligonal foi feita e é explicado que o processo ainda está se iniciando. João faz uma contextualização do prédio e dos espaços. Jacó acha que, se já foi proposto o tombamento, deve ser primeiro votado a não impugnação, abrir o processo e analisar a proposta feita pelo colégio. E o presidente concorda, que primeiro deve ser concluída a deliberação da impugnação para depois encaminhar o processo. Jacó lembra que após essa fase é que deverá ser discutido o que deve ou não ser tombado, pois é importante preservar um colégio que muitos estudantes cearenses frequentaram no passado, como por exemplo o Colégio Dorotéia. Jacó propõe votar o início do tombamento e depois negocia o restante. João lembra a importância do tombamento provisório enquanto se faz os estudos. Ele apresenta a todos, o processo que teve início com um pedido feito pela CAOMACE e o Vereador João Alfredo, o que gerou um 1º parecer e faz a leitura do mesmo. Lembra que muito ainda está preservado. O presidente Magela diz que a parte externa está bem preservada. Mostra a sugestão de poligonal provisória e o que o Romeu sugere como poligonal definitiva. O professor Altemar pergunta se é legalmente possível anexar ao polígono área que não é preservada e o Jacó explica como deve acontecer e sobre a figura principal preservada e seu entorno. João ressalta que por isso acha que deve ser feito o tombamento provisório enquanto se iniciam os estudos. Continua dizendo que a legislação dá 6 (seis) meses para a conclusão dos estudos e que sugere uma poligonal maior para que nesse período não se construa nenhum prédio próximo, que possa atrapalhar a visão e/ou ambiência. Magela lembra que a poligonal pode ser reduzida ou ampliada, de acordo com os estudos realizados. Ressalta, ainda, que é importante ter clareza do que é indiscutível quanto à paisagem, que é a vista que se tem da Duque de Caxias. Professor Altemar é a favor do tombamento da fachada e sugere